

RTA-235-2019

Instituto Ribeirão 2030

**Demonstrações financeiras do exercício findo
em 31 de dezembro de 2018 e o relatório dos
auditores independentes**

RTA-235-2019

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robustez, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Ribeirão Preto SP, 9 de abril de 2019.

Instituto Ribeirão 2030

Ribeirão Preto SP

Atenção do Senhor **Eduardo Marchesi de Amorim**
Presidente

Prezado Senhor:

Encaminhamos-lhe as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Atenciosamente.

Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria Contábil



Octávio Bution Neto
Diretor

Instituto Ribeirão 2030**Demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018
e o relatório dos auditores independentes**

Sumário

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do patrimônio líquido.....	8
Demonstração do fluxo de caixa.....	9
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras.....	10

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Moore Stephens Prisma
Auditores e Consultores

Rua Milton José Robusti, 75 – 15º andar
Ribeirão Preto - SP – 14021-613

Tel 55 (16) 3019-7900

msrp@msbrasil.com.br | www.msbrasil.com.br

Aos administradores do
Instituto Ribeirão 2030
Ribeirão Preto SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Instituto Ribeirão 2030 (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Ribeirão 2030 em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em especial a norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, em especial, a norma específica aplicável às entidades sem finalidade de lucros (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Instituto são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto SP, 9 de abril de 2019.

Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria Contábil S/S Ltda.

CRC 2SP024067/O-6



Octávio Bution Neto

CRC 1SP243568/O-1

Instituto Ribeirão 2030

Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2018

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>		<u>Nota</u>	<u>2018</u>
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Equivalentes de caixa	4	57.832	Fornecedores		120
Total do ativo circulante		<u>57.832</u>	Total do passivo circulante		<u>120</u>
Não circulante			Patrimônio líquido	5	
Investimentos		359	Superávit do exercício		58.071
Total do ativo circulante		<u>359</u>	Total do patrimônio líquido		<u>58.071</u>
Total do ativo		<u>58.191</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>58.191</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Ribeirão 2030

Demonstração do resultado

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em reais

	<u>Nota</u>	<u>2018</u>
Receitas operacionais		
Doações		116.580
Outras receitas		<u>9</u>
Total das receitas operacionais		<u>116.589</u>
Despesas operacionais		
Gerais e administrativas	6	(56.833)
Financeiras		(497)
Outras despesas operacionais		<u>(1.188)</u>
Total das despesas operacionais		<u>(58.518)</u>
Superávit do exercício		<u>58.071</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Ribeirão 2030

Demonstração do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em reais

	Superávit	
	do exercício	Total
Superávit do exercício	<u>58.071</u>	<u>58.071</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>58.071</u>	<u>58.071</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Ribeirão 2030

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em reais

	<u>2018</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Superávit do exercício	<u>58.071</u>
Aumento no passivo:	
Aumento em fornecedores	<u>120</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>58.191</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
Aumento em investimentos	<u>(359)</u>
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	<u>(359)</u>
Aumento de equivalentes de caixa	<u>57.832</u>
Caixa no início do período	-
Caixa no fim do período	<u>57.832</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Instituto Ribeirão 2030

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

Em reais

1 Contexto operacional

O Instituto Ribeirão 2030, iniciou suas atividades em 26 de abril de 2018, e tem por objeto e finalidade reunir pessoas que tenham em comum o desejo de atuar a favor do desenvolvimento sustentável da cidade de Ribeirão Preto e promover a melhoria das condições de vida na localidade, com ênfase nos Objetos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pelas Organizações das Nações Unidas para serem alcançados até o ano de 2030.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

a Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em especial, a Resolução ITG 2002(R1) – Entidades sem finalidade de lucros emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração avaliou a capacidade do Instituto em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração do Instituto, cuja autorização para a sua conclusão foi dada por esta em em 9 de abril de 2019.

b Mensuração do valor

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto quando indicado de outra forma em nota explicativa.

c Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Instituto e também sua moeda de apresentação.

O Instituto não mantém saldos de ativos ou passivos em moeda estrangeiras e não realizou, durante o exercício, transações ou operações em moeda estrangeira.

3 Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

a Instrumentos financeiros

O Instituto mantém instrumentos financeiros ativos e passivos básicos ao custo amortizado deduzido de perda por redução ao valor recuperável.

b Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas são oriundas de doações recebidas de pessoas jurídicas ou físicas do setor privado. O reconhecimento das despesas é efetuado em conformidade com o regime de competência.

c Equivalentes de caixa

Inclui saldo positivo em conta movimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado.

d Demais ativos e passivos

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações monetárias. Os ativos realizáveis e passivos exigíveis até o prazo de um ano foram classificados como circulantes.

e Julgamentos

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Todavia como não houve necessidade de constituir nenhuma provisão e o Instituto não possui imobilizado, nenhuma estimativa foi considerada na preparação das demonstrações financeiras.

f Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto.

4 Equivalentes de caixa

Depósitos bancários à vista	<u>2018</u> <u>57.832</u>
-----------------------------	-------------------------------------

O Instituto realiza suas operações financeiras através da instituição Sicoob – Cooperac – Cooperativa de crédito.

5 Patrimônio líquido

a Patrimônio social

O Patrimônio social é constituído da dotação inicial e de eventuais doações oferecidas em caráter definitivo para a consecução do objeto social do Instituto, além da transferência de superávit ou déficit do exercício, após as as demonstrações financeiras serem aprovadas pela assembleia geral do Instituto.

b Superávit do exercício

O superávit em 2018 de R\$ 58.071 deve ser destinado ao patrimônio social após a aprovação das demonstrações financeiras em Assembleia Geral Ordinária – AGO.

6 Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>
Publicidade e propaganda	13.350
Prestadores de serviços	34.816
Honorários profissionais e encargos	6.000
Outras despesas gerais e administrativas	<u>2.667</u>
	<u>56.833</u>

7 Contingências

O Instituto não é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e outros.

Os registros contábeis e as operações do Instituto estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e a eventuais notificações durante os prazos prescricionais, consoante a legislação aplicável.

8 Aspectos fiscais

Consideram-se isentas as organizações que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos. Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit nas suas contas ou caso o apresente em determinado exercício, o destine integralmente à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais, desde que atenda as demais condições legais. O Instituto enquadra-se entre as pessoas jurídicas sem fins lucrativos e possui isenção subjetiva quanto ao recolhimento de tributos sobre a receita e sobre o superávit. Isso significa que o desvirtuamento dos objetivos e finalidades do Instituto, ou o não cumprimento das obrigações estabelecidas para as entidades sem fins lucrativos, conforme determina a legislação vigente, pode proporcionar a perda total ou parcial da isenção tributária da qual goza o Instituto.

A Administração desconhece qualquer problema de natureza legal ou fiscal que pudesse afetar o Instituto, que está no pleno desenvolvimento de seus objetivos sociais. Desta forma, o Instituto possui isenção de imposto de renda pessoa jurídica, contribuição social sobre lucro líquido, PIS e COFINS.

Os registros contábeis, fiscais e trabalhistas e das operações do Instituto estão sujeitos a exames das autoridades fiscais e, em decorrência, a eventuais notificações para recolhimentos adicionais de impostos, taxas e contribuições durante prazos prescricionais variáveis (em geral cinco anos) consoante a legislação fiscal aplicável a cada circunstância.

*** fim ***